



Público 05-05-2019	Periodicidade: Diário	Temática: Política
	Classe: Informação Geral	Dimensão: 2206 cm ²
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 31885	Página (s): 1/2/3

Entre o silêncio e as críticas, o PSD digere a crise política

Miguel Relvas fala de acto com “consequências potencialmente desastrosas” e de “desnorte político” **p2/3**

DESTAQUE

CRISE POLÍTICA

PSD em *stand by*: o silêncio de Rio e os desejos de recuo

Num dia de muitos silêncios, o social-democrata Pedro Duarte mostrou-se esperançado de que, havendo ponderação e reflexão, o PSD reveja a posição e se reencontre “com o sentido de Estado e de responsabilidade que sempre o caracterizou”

Margarida Gomes
e Sónia Sapage

O país aguardou durante pelo menos 24 horas, em vão, a posição do presidente do PSD, Rui Rio, sobre a crise política que se instalou no país depois de o primeiro-ministro, António Costa, ter comunicado a intenção de se demitir do cargo, se o descongelamento da carreira dos professores for aprovado em votação final global no Parlamento. Rui Rio só hoje à tarde, a partir do Porto, abrirá o jogo sobre a estratégia a seguir.

A expectativa inicial era a de que Rio fizesse ontem uma declaração ao país, na sequência da reunião da comissão permanente, mas essa tese começou a ser posta em causa quando o partido anunciou que o líder social-democrata não iria participar num encontro com jovens, às 17h.

O ex-autarca do Porto reservou o dia de ontem para fazer uma reflexão sobre a situação e estabelecer contactos informais com um conjunto pessoas que considerou importante

consultar. A maratona de contactos prolongou-se durante a tarde. Para as 11h estava agendada a reunião do seu núcleo duro na qual estiveram ausentes dois vice-presidentes do partido: David Justino, que se encontra nos Açores, e Elina Fraga.

Em declarações ao PÚBLICO, Pedro Duarte, que em tempos já se mostrou disponível para disputar a liderança do PSD, e exortou o líder a mudar de estratégia, comenta o compasso de espera a que se assiste no partido, assumindo o desejo de que “o silêncio de Rui Rio signifique reflexão e ponderação”.

Pedro Duarte fala ainda de sentido de Estado e dá voz aos anseios que serão comuns a outros sociais-democratas. “Se assim for, estou certo de que o PSD irá rever a sua posição e se reencontrará com o sentido de Estado e de responsabilidade que sempre o caracterizou.”

Toda esta situação em torno da questão dos professores causou embaraço e surpresa no partido pelo facto de David Justino, antigo ministro da Educação, ser vice-presidente de Rui Rio. O seu vasto conhecimento da área e a sua frontal sintonia

com o líder levavam a excluir a possibilidade de um passo em falso numa matéria tão delicada.

Nesta altura, alguns sociais-democratas voltam ao tradicional distanciamento face aos professores do ensino público e admitem que o “grupo de educação”, constituído por professores, tenha funcionado ao estilo de “barra livre”, ou seja, com demasiada autonomia ou menor acompanhamento político do que desejado. O que se pretendia era uma solução que combinasse ausência de impacto no défice e no orçamento sectorial da Educação com perspectivas de crescimento económico que garantissem a sustentabilidade da medida.

O anúncio da reunião da comissão permanente, que de acordo com a RTP se realizaria na sede do partido, levou ontem vários jornalistas e profissionais da comunicação social para a porta daquela estrutura, inutilmente. Afinal, o encontro estava a decorrer noutro local da cidade.

Nas actuais circunstâncias, esta falta de Rio aos jornalistas é especialmente relevante, porque o líder do PSD ainda nada disse após a declara-



Estou certo que o PSD irá rever a sua posição e se reencontrará com o sentido de Estado e de responsabilidade que sempre o caracterizou

Pedro Duarte
Ex-deputado do PSD



ção de António Costa ao país. Rio limitou-se a acusar o primeiro-ministro de estar a fazer um teatro sem consequências nenhuma, ainda antes do discurso do chefe do Governo. Depois disso, só uma deputada do partido comentou, oficialmente, a crise política: Margarida Mano, membro da Comissão de Educação.

Ninguém sabe o que Rio vai dizer hoje, mas fontes sociais-democratas, garantem que “o PSD dará uma resposta à altura” e que não aprovará nenhuma proposta que “comprometa as condições económicas e financeiras do país no processo negocial com os professores”.

Rio manteve-se em silêncio, recusando ceder ao timing mediático, mas o cabeça de lista do PSD às europeias, Paulo Rangel, acusou o primeiro-ministro de criar uma “crise artificial”, adiantando que a direcção responderá “no momento certo”.

Em Gondomar, numa iniciativa de pré-campanha, Rangel zurziu o primeiro-ministro, acusando-o de ter “duplo padrão” e de ter desvalorizado, no passado, as mortes nos incêndios de 2017 ou assalto em Tancos. E regressou à polémica sobre a nomea-

NUNO FERREIRA SANTOS

Rui Rio reservou o dia de ontem para reflexão, entre reuniões e contactos informais

O QUE ELES DIZEM

Estamos sempre disponíveis para considerar sem limite esta caminhada. Se é para andar para trás, obviamente não acompanharemos

Jerónimo de Sousa
Secretário-geral do PCP

A política não pode ser um jogo, tem de ser responsabilidade. E nós temos tanto para fazer

Catarina Martins
Coordenadora do BE

Acho grave que o primeiro-ministro tenha criado uma crise artificial no país, ela merece uma resposta na devida altura e tê-la-á na altura devida

Paulo Rangel
Cabeça de Lisboa do PSD às eleições europeias

Não resulta [das votações] nenhum encargo além do que este Governo já aprovou. Uma coisa é o tempo do congelamento, outra, diferente, é o pagamento

Assunção Cristas
Líder do CDS



Miguel Relvas critica “acto de desnorde político” de Rui Rio

Sónia Sapage

Um “acto de desnorde político”, uma “inaceitável opção de incoerência”, “amadorismo e infantilidade política”. Em suma, uma “mancha”. Miguel Relvas, ex-ministro do Governo de Pedro Passos Coelho não tem dificuldades em qualificar e criticar a estratégia política do PSD nas votações das apreciações parlamentares sobre o decreto dos professores.

“O desconhecimento assumido por Rui Rio em relação à legislação que mandou aprovar e que o associa à extrema-esquerda só pode ser interpretado como um acto de desnorde político”, diz Miguel Relvas ao PÚBLICO. “Este é acto sem precedentes na história do PSD e com consequências potencialmente devastadoras”, sublinha.

Para Miguel Relvas, nestas votações o “PSD colocou-se do lado oposto àquele em que esteve no 25 de Novembro e que ditou o essencial da sua identidade ideológica” e isso é um risco, porque mata o posicionamento do PSD. O partido pôs em causa o seu papel “de referência enquanto defensor da intransigência despesista, de garante do equilíbrio das contas públicas e de partido reformista”, diz. “Perdeu-se numa inaceitável opção de incoerência política, correndo o risco de perder eleitorado natural e potencial.”

A conversa do PÚBLICO com Miguel Relvas decorreu ao longo da tarde de ontem, enquanto se ia adensando o silêncio do líder do PSD em relação à ameaça de demissão do primeiro-ministro. Rio não chegou a falar. Falou Relvas para avisar que o “PSD pode perder identidade e tornar-se uma coisa híbrida, hipotecando todo o seu discurso e posicionamento políticos futuros”.

“Se António Costa está a cavalgar a oportunidade, é porque alguém lhe deu, evidenciando amadorismo e infantilidade política e sobretudo, o que é mais grave, total ausência de

respeito pela sua matriz e pelo legado de outros que sempre a cumpriram e respeitaram”, critica o ex-ministro que foi secretário-geral do PSD.

Sobre a eventualidade de um recuo do PSD na votação final global do diploma, em plenário da Assembleia da República, Miguel Relvas comenta: “Um recuo não apagará a mancha deixada e criará a suspeita de acordos pós-eleitorais.”

Em vésperas de viajar para o estrangeiro, o antigo governante hoje empresário ainda quis deixar claro que, na sua opinião, “com isto, Rui Rio pode colocar em causa os próximos desafios eleitorais do PSD e permitir ao PS que possa recuperar já nas europeias e que almeje uma vitória nas legislativas”, quer se realizem no Verão quer no Outono. “Estamos a falar de princípios e de valores que foram completamente desconsiderados”, lamenta Miguel Relvas.



Ex-ministro de Passos Coelho diz que o PSD se colocou do lado oposto àquele em que esteve no 25 de Novembro

E acrescenta: “Depois dos acordos assinados entre PS e PSD em matéria de descentralização e fundos comunitários – que resultaram em nada –, que permitiram a aproximação ao centro político, agora corre-se o risco, com esta iniciativa, de entregar o centro-direita a António Costa.”

Miguel Pinto Luz, vice-presidente da Câmara de Cascais, foi outro social-democrata que reagiu à ameaça do primeiro-ministro, mas optou por não comentar a opção do partido ou a estratégia do líder. Escreveu apenas, no Facebook: “Ainda há uns anos tínhamos um primeiro-ministro que não se demitia, porque não abandonava os portugueses num tempo difícil. É comparar os tempos e a espessura da liderança.”

sonia.sapage@publico.pt

ção de familiares.

“Acho estranho que se faça esta dramatização e esta encenação, quando, perante um caso grande como os incêndios de Pedrógão, desvalorizou, quando perante um caso que põe em causa a soberania nacional, como Tancos, não deu importância nenhuma ou num caso que lança suspeições sérias, como o das famílias, também desvalorizou”, declarou Rangel.

Sobre o caminho que o diploma dos professores ainda tem de fazer é preciso dizer que as alterações ao decreto-lei do Governo só entram em vigor depois da votação final global (e da promulgação pelo Presidente da República) e podem ainda antes ser avocadas para votação em plenário em pontos específicos. Nesse momento, as bancadas podem mudar o sentido de voto e, no limite, alterar o que foi aprovado.

Com base nas votações das propostas de alteração ao decreto-lei do Governo, os serviços da Assembleia da República elaboram um texto e enviam aos deputados, o que já aconteceu. Na próxima reunião da comissão, marcada para quarta-feira, 8, os

deputados podem dar luz verde para subir a plenário. Se isso acontecer, a votação final global pode realizar-se dois dias depois, a 10. Caso contrário fica para o plenário seguinte, a 15.

No plenário, antes da votação final global, os deputados podem avocar artigos já votados na comissão, debatê-los e colocá-los de novo à votação. Esse mecanismo é usado quando uma ou várias bancadas querem dar importância a alguns pontos do texto e demonstrar as suas posições políticas ou as de outras bancadas.

Nesta ocasião, os deputados podem votar em sentido contrário ao que fizeram em comissão (aconteceu nas votações das rendas da energia, em sede de Orçamento do Estado para 2018). Agora, PSD e CDS poderiam avocar, por exemplo, as suas propostas que faziam depender o pagamento da sustentabilidade financeira do país e do crescimento económico. Foram chumbadas pelo PS, PCP e BE, mas poderia reforçar o seu argumento da recusa da irresponsabilidade orçamental. **com Sofia Rodrigues e Nuno Ribeiro**

margarida.gomes@publico.pt